PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO _____



EMPRESA:
ENDEREÇO:
CIDADE: ESTADO:
FONE () e-mail
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2013
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Obtivemos, através do acesso <u>www.itapetininga.sp.gov.br</u> nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.
Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remete-lo ao Setor de Licitação, por meio de fax (15) 3273-3200 ou do e-mail pregao@itapetininga.sp.gov.br .
A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Itapetininga da responsabilidade da comunicação, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.
Local:, de de 2013. Nome por Extenso:
RG. n.°:

ASSINATURA



ESTADO DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 19/2013

PROCESSO N.º 35/2013

TIPO DA LICITAÇÃO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR KM DATA DA REALIZAÇÃO: dia 05.06.2013 às 10h00min

LOCAL: SALA DA CPL I

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL

DE ENSINO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

PREÂMBULO

O Exmo. Sr. Luis Antonio Di Fiori Fiores Costa, Prefeito Municipal, torna público que se acha aberta, nesta unidade, a licitação na modalidade PREGÃO (presencial), do tipo **MENOR PREÇO POR KM**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO** - **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, conforme especificação do Anexo I, que será regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal n.º 1.006 de 29 de janeiro de 2013, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

Esta licitação atende a Solicitações de Compra n.º 334 da Secretaria Municipal de Educação; Processo de Compra n.º 346 – Protocolo n.º: 3244-172/2013

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço abaixo mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada na data de **05 (cinco) de junho de 2013, às 10h 00min**, na sala da Comissão Permanente de Licitações – CPL I, localizada na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, térreo, em Itapetininga (SP), e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

I - OBJETO DA LICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA

- 1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, conforme especificação do Anexo I.
- 1.2 A presente licitação se faz necessária para dar continuidade ao atendimento dos alunos residentes nos Bairros Tupy, Rechã, Varginha, Cantagalo, Morro do Alto e Turvo dos Católicos, em cumprimento das etapas do Plano de Trabalho do convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Educação e Repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE.

II - DA PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Pessoas Jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Instrumento Convocatório e seus anexos;
- 2.2 Pessoas Jurídicas que se enquadrem na definição de prestadores de serviços do objeto da presente licitação;
- 2.3 Em se tratando de empresas ou sociedades estrangeiras em funcionamento no país, aquelas que apresentem as exigências de habilitação mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado, sendo representadas por procurador residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos;
- 2.4 Não poderão participar desta licitação:
- 2.4.1 Pessoas Jurídicas que estejam suspensas de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga e/ou foram declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública.
 - 2.4.2 Pessoas Jurídicas que se encontrem sob o regime falimentar.
 - 2.4.3 Empresas estrangeiras que não funcionem no País.
 - 2.4.4 Consórcios ou grupo de empresas.

III - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:
- a) tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;



ESTADO DE SÃO PAULO

- b) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 3.2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 3.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 3.4 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deverá ser apresentada **FORA** do Envelope n.º 01(Proposta) junto com o CREDENCIAMENTO.
- 4.2 A declaração de **microempresas ou empresas de pequeno porte** visando ao exercício da preferência prevista na **Lei Complementar nº. 123/06**, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** do envelope nº. 01 (Proposta), junto ao credenciamento.
- 4.3 A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, a identificação da licitante, e os seguintes dizeres:

ENVELOPE N°. 01	ENVELOPE N°. 02
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19	PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19
PROCESSO N.º 35	PROCESSO N°. 35
"PROPOSTA COMERCIAL"	"DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO"

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "PROPOSTA"

- 5.1 A proposta, nos termos do item 4.3 da cláusula IV, deverá ser apresentada datilografada ou digitada, respeitado o vernáculo, sem emendas nem rasuras; ao final ser identificada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, devendo conter:
- 5.1.1 Serviço (compatível com o objeto descrito), com preços **por km rodado conforme descritos no Anexo I**, unitários e totais líquidos, fixos e irreajustáveis, expressos em moeda nacional corrente, por serviço, CIF-ITAPETININGA/SP, prestados na forma da cláusula IX deste instrumento. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: combustível, tributos de qualquer natureza, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o serviço do objeto da presente licitação;
- 5.1.2 prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de encerramento da licitação.
- 5.2 Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.
- 5.3 Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- 5.4 Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias independentemente de qualquer outra manifestação.
- 5.5 O envelope da proposta deverá observar todas as exigências referidas no Anexo I.
- 5.5.1 Somente serão aceitas as propostas que apresentarem seus preços com 02 (dois) dígitos após a vírgula, sendo que, as que constarem seus valores com 03 (três) dígitos, ou mais, o último será desconsiderado.

VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6.1 - O Envelope "Documentos de Habilitação", nos termos do item 4.3 da clausula IV, deverá conter os documentos a seguir:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de <u>sociedades comerciais</u>;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de <u>sociedades por ações</u>, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de <u>sociedades civis</u>, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



ESTADO DE SÃO PAULO

- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de <u>empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país</u>, quando a atividade assim o exigir.
- 6.1.1.1 Os documentos relacionados nas alíneas "a" a "d" deste subitem 6.1.1 não precisarão constar do Envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL

- **6**.1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 6.1.2.2 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- 6.1.2.3 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- **6**.1.2.3.1 Certidão Conjunta Negativa de Débitos **ou** Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- **6**.1.2.3.2 Prova de Regularidade de IPVA Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, expedida pela Secretaria da Fazenda **ou** declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
- 6.1.2.3.3 Certidão Negativa **ou** Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças;
- **6**.1.2.3.4 Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social INSS mediante a apresentação da CND Certidão Negativa de Débito ou CPD-EN Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa;
- **6**.1.2.3.5 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF Certificado de Regularidade do FGTS;
- $\pmb{6.}1.2.3.6$ Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão negativa nos termos do Título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei, nº 5.452 de 01/05/1943 (Lei nº 12.440/2011);
- 6.1.2.4 A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de **assinatura do contrato**;
- 6.1.2.5 O proponente que desejar fazer uso do direito da Lei Complementar nº. 123/6 de 14 de dezembro de 2006, que trata de **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, deverá apresentar a **DECLARAÇÃO** que se enquadra na citada lei, conforme modelo contido no ANEXO V.
- 6.1.2.6 As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- 6.1.2.7 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **dois dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério deste Ente, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- **6**.1.2.8 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4°, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.
- 6.1.2.9 Em virtude das disposições contidas no art. 430 do Código Tributário Municipal a proponente deverá apresentar declaração que não possui débitos tributos e multas com os cofres públicos municipais, conforme modelo (Anexo VII).

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.1.3.1 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, contados da data de apresentação da proposta.

6.1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 6.1.4.1 Declaração de que inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (Anexo III);
- 6.1.4.2 Declaração que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Anexo IV).



ESTADO DE SÃO PAULO

6.1.4.3 - Declaração de Pleno Atendimento às Normas e Legislação de Trânsito, conforme modelo do Anexo VIII deste Edital.

6.1.4.4 - Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital (Anexo IX).

6.1.4.5 - Declaração da proponente de que possui disponibilidade do produto ofertado (Anexo X).

6.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 6.2.1 A documentação exigida poderá ser apresentada no original ou através de impresso informatizado obtido via Internet, com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data de encerramento da licitação, se outro prazo de validade não constar dos documentos, exceto para o documento solicitado no item 6.1.3.1 deste Edital;
- 6.2.1.1 A documentação também poderá ser apresentada através de cópia, produzida por qualquer processo de reprodução, autenticada por cartório competente;
- 6.2.1.1.1 As autenticações poderão também ser feitas pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio, nos termos do artigo 32 da Lei n.º 8.666/93, no ato de abertura do envelope respectivo, desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos, após a autenticação requerida, ao representante legal presente.
- 6.2.2 São facultadas as licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados, pelo Certificado de Registro Cadastral CRC, expedido por qualquer Órgão Público, desde que em plena validade, e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame;
- 6.2.2.1 para sua aceitação, o Certificado de Registro Cadastral deverá ter sido expedido com observância dos artigos 28 aos 31 da Lei n.º 8666/93.
- 6.2.2.2 O Certificado de Registro Cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 6.1.2.3; 6.1.2.3.1; 6.1.2.3.2; 6.1.2.3.3; 6.1.2.3.4; 6.1.2.3.5; 6.1.2.3.6; 6.1.2.5; 6.1.3.1; 6.1.4.1; 6.1.4.2; 6.1.4.3; 6.1.4.4; 6.1.4.5; devendo ser apresentados por todos os licitantes.
- 6.2.3 Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ, devendo ser observado o seguinte:
- 6.2.3.1 se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ;
- 6.2.3.2 se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em seu nome, com o respectivo número do CNPJ, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da **matriz**;
- 6.2.3.3 se a licitante for a <u>matriz</u> e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a <u>filial</u>, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da <u>matriz</u> e da <u>filial</u>, simultaneamente.

VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 7.1 No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame, com duração mínima de 10 (dez) minutos.
- 7.2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 7.2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 7.2.2 Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes ficarão em poder do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, sendo devolvidos às licitantes desclassificadas, mediante pedido escrito, após a assinatura do contrato ou efetivo cumprimento da obrigação pela proponente adjudicatária. 7.3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
 - a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
 - b) que deixe de apresentar qualquer dos documentos solicitados neste Edital;
 - c) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- 7.3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como correto o preço unitário. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 7.3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes. 7.4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:



ESTADO DE SÃO PAULO

- a) seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 7.4.1 Para efeito de seleção será considerado o **MENOR PREÇO POR KM A PERCORRER.**
- 7.5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 7.5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 7.6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances, aplicável inclusive em relação ao primeiro. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre **o preço unitário do item por km a percorrer.**
- 7.6.1 Havendo empate, será assegurada a preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.6.2 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 7.7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 7.7.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 7.8 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- 7.9 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 7.10 Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 7.10.1 A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.
- 7.11 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 7.12 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação passíveis de obtenção por meio eletrônico poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, mediante verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.
- 7.12.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 7.12.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 7.13 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 6.2.2 e subitens da cláusula VI, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral apresentado.
- 7.14 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 7.15 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 7.16 Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja formalizada a assinatura do Termo de Registro de Preços pela licitante vencedora. Após este fato, ficarão por 20 (vinte) dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo este prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

VIII - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO



de fax;

ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.1 No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 8.3 Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 8.4 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.
- 8.5 O recurso terá efeito suspensivo para o item respectivo, e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.6 A adjudicação será feita pelo Menor Preço do km a percorrer.
- 8.7 Nos eventuais recursos, a Recorrente deverá observar o seguinte:
 - 8.7.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 8.7.2 quando encaminhadas via FAC-SÍMILE, as razões do recurso serão válidas por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os memoriais originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 8.7.3 as razões deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes nº. 1.000 Jardim Marabá, Térreo, Itapetininga (SP);
- 8.7.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados memoriais.
- 8.8 homologado o certame a vencedora será notificada via fax, ou correspondência (AR) ou em publicação no Diário Oficial do Estado a critério da Administração Municipal, para que a empresa compareça para assinar o Contrato no prazo de 05 (cinco) corridos dias a contar:
 - a) no caso de envio via fax a contar do envio sendo válida a data do comprovante de envio
 - b) no caso de correspondência a contar da data de recebimento do AR pelo destinatário;
 - c) no caso de publicação no Diário Oficial do Estado a contar da publicação.
 - d) no caso de correio eletrônico a contar da data do envio do e-mail.

IX - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 9.1 O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua assinatura.
- 9.1.1 A empresa vencedora deverá apresentar como condição para a assinatura do contrato a documentação do veículo em nome da empresa que prestará os serviços, devendo o veículo ter no mínimo 12 (doze) lugares e ter ano de fabricação não superior a 05 (cinco) anos da data de apresentação das propostas.
- 9.1.2 A empresa vencedora deverá apresentar o licenciamento, recolhimento de IPVA e do seguro obrigatório, devidamente recolhidos, em nome da empresa.
- 9.1.3 A empresa vencedora deverá apresentar a apólice de seguro do veículo que deverá conter no mínimo o que segue:
- 9.1.3.1 Deverá ter cobertura de danos em favor de terceiros e dos passageiros transportados sendo no mínimo cobertura:
 - a) 20.000 por passageiros com cobertura para morte, invalidez;
 - b) 30.000 contra danos materiais a terceiros ;
 - c) 30.000 contra danos corporais a terceiros.
 - 9.1.3.2 O seguro não pode ser cancelado durante a vigência do Contrato.
- 9.1.3.3 Em caso de parcelamento do seguro a empresa contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, o pagamento da parcela correspondente ao mês vencido.
- 9.2 A empresa vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:
- 9.2.1 cópia autenticada ou original do Atestado de antecedentes criminais do motorista/condutor.
- 9.2.2 cópia autenticada do(s) Certificado(s) de Curso específico de condutores, do(s) motorista(s), ou documento comprobatório expedido pelo setor competente de que concluiu referido curso.
- 9.2.3 prova de vínculo empregatício, do(s) motorista(s), exibindo um dos seguintes documentos:
- a) contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, no caso de contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, conforme disposições da Súmula 25 do tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



ESTADO DE SÃO PAULO

9.2.3.1 - Cópia(s) autenticada(s) do(s) Certificado(s) de Propriedade do(s) veículo(s) a ser (em) utilizado(s) para prestação dos serviços, devendo o veículo(s) e ter **ano de fabricação conforme exigências do Anexo I.**

- 9.2.3.2 Em caso de eventuais prorrogações, os veículos utilizados na prestação de serviços deverão obedecer aos critérios já estabelecidos devendo o **veículo possuir mínimo de 44 lugares** e ter ano de fabricação conforme exigências do Anexo I.
- 9.3 O prazo indicado no item 9.1 poderá ser prorrogado de acordo com as condições estabelecidas no Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações.
- 9.4 Para todo serviço prestado objeto da presente licitação deverá ser elaborado relatório da qual conste local, quantidade de km percorrido e assinatura de funcionário que utilizar-se dos serviços, com visto e autorização da Secretaria Municipal de Educação. **Com percurso estimado podendo a quilometragem ser maior ou menor** dependendo do itinerário estabelecido pela Secretaria.
- 9.5 A empresa deverá cumprir o roteiro determinado pelo responsável indicado para este fim **da Secretaria de Educação** para a prestação dos serviços, devendo manter o veículo em boas condições de uso e em caso de avaria impedindo o veículo de realizar o transporte deverá ser imediatamente substituído por outro veículo com capacidade igual ou superior após o momento em que se ocorreu a avaria.
- 9.6 A empresa vencedora fornecerá motorista(s) devidamente habilitado(s), sendo a categoria da habilitação compatível com o tipo de veículo utilizado, bem como arcará com as despesas de combustível, manutenção total do(s) veículo(s), respondendo ainda por todos os encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários e sociais respectivos.
- 9.7 A empresa vencedora manterá o veículo sempre a disposição da Secretaria que mediante entendimento entre os usuários do serviço deverá cumprir o roteiro determinado diariamente/ou outro período, para a prestação dos serviços.
- 9.8 Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da empresa vencedora.
- 9.9 A empresa vencedora assume integral responsabilidade na contratação do empregado (motorista) envolvido na realização dos serviços propostos, sendo considerada como única EMPREGADORA, sendo de inteira responsabilidade de a empresa vencedora fazer com que o motorista respeite a sinalização e obedeça ao limite de velocidade regulamentar.
- 9.10 Manter o veículo em perfeito estado de conservação e funcionamento, conservando sempre nos parabrisas da frente e do fundo ou lateral do veículo os respectivos dizeres: A serviço da Prefeitura Municipal de Itapetininga Reclamações Fone: 156 e 199;
- 9.11 Não será permitida a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir:
 - a) Excesso de passageiros ou passageiros sem a devida autorização da Secretaria de Educação;
 - b) Desenvolver velocidade acima da regulamentar;
 - c) Por em risco a segurança própria e alheia;
 - d) Dirigir ou permitir que alguém dirija sem habilitação;
 - e) Uso de equipamentos (pneus, freios, direção, etc.) impróprios ou defeituosos;
 - f) Ingerir bebida alcoólica durante a realização dos servicos;
 - g) Deixar de cumprir a determinação da Secretaria de Educação no tocante aos serviços;
 - h) O não comparecimento injustificado ao local convencionado;
 - i) No caso de substituição do veículo, substituir por outro com menor número de assentos exigidos.
- 9.12 O não cumprimento ao acima determinado implicará a empresa vencedora nas penalidades citadas na Cláusula XI deste Edital.
- 9.13 A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com o Edital.
- 9.14 A empresa vencedora responderá civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à ADMINISTRAÇÃO ou terceiros.
- 9.15 A empresa vencedora deverá manter durante a vigência do Contrato as condições de habilitação.
- 9.16 Deverão ser observadas todas as condições e exigências referidas no Anexo I do Edital.

X - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 10.1 O objeto da presente licitação será recebido:
 - 10.1.1 Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 10.1.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa Contratada, consequente aceitação.
- 10.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, a Contratante poderá:
- a) se disser respeito aos serviços ou materiais, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



ESTADO DE SÃO PAULO

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Educação **imediatamente** depois de constatado a irregularidade;

b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, **imediatamente** depois de constatado a irregularidade.

XI - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 11.1 A licitante, que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 11.1.1 Se a licitante vencedora for microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar como condição para a celebração do contrato os documentos originais ou cópias autenticadas aludidos nos itens 6.1.2 comprovação de regularidade fiscal.
- 11.1.2 Se os documentos de regularidade fiscal apresentarem alguma restrição serão assegurados o prazo de 02 (dois) dias úteis para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.
- 11.1.3 O prazo de regularização da documentação aludido no item 11.1.2 poderá ser estendido uma única vez, mediante pedido formal da empresa vencedora, juntando declaração de seu responsável legal de que está providenciando a regularização e eventuais documentos comprobatórios.
- 11.1.4 Decorrido o prazo, a não regularização da documentação, implicará na decadência do direito à contratação, ficando sujeita às penalidades previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 11.2 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias da Notificação, conforme cláusula 8.8, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitandose, sem prejuízo das demais sanções previstas, em multa pecuniária de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 11.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:
 - 11.3.1 advertência;
 - 11.3.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do

contrato;

- 11.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 11.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 11.3.3 desta cláusula.
- 11.3.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
 - 11.3.5.1 das sanções estabelecidas no item 11.3, subitens 11.3.1, 11.3.2 e
- 11.3.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;
- 11.3.5.2 da sanção estabelecida no item 11.3, subitem 11.3.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida à reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 11.4 O atraso injustificado na prestação dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, limitado ao percentual descrito na cláusula 11.3.2.
- 11.5 As sanções previstas nos itens 11.1, 11.2, 11.3, 11.4 e subitens poderão ser aplicados cumulativamente de acordo com circunstâncias do caso concreto.
- 11.6 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro.
- 11.6.1 não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Administração e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

XII - DA FORMA DE PAGAMENTO



ESTADO DE SÃO PAULO ___

12.1 - O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Itapetininga, **até 15 (quinze) dias úteis**, após o recebimento da Nota Fiscal, que deverá ter anexo constando o **fechamento do relatório emitido pela Secretaria Municipal de Educação**, constando número de dias, local, quantidade de km rodados e assinatura dos funcionários responsáveis pela fiscalização dos serviços conforme Anexo I deste Edital, e os comprovantes de recolhimento de INSS, FGTS e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO, sendo que os recursos financeiros serão atendidos pela dotação:

Reserva nº.: 608, de 17/04/2013,

Dotação nº.: 149

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade de Despesa: 02 – Departamento de Desenvolvimento Político Pedagógico Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Programa de Trabalho: 12.361.0026.2051

Fonte: 01 - Tesouro.

Dotação nº.: 150

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade de Despesa: 02 – Departamento de Desenvolvimento Político Pedagógico Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Programa de Trabalho: 12.361.0026.2052

Fonte: 05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados.

Dotação nº.: 152

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade de Despesa: 02 – Departamento de Desenvolvimento Político Pedagógico Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Programa de Trabalho: 12.361.0026.2054

Fonte: 02 – Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados.

Vigentes no orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2013 e as correspondentes para os exercícios futuros, em caso de prorrogação contratual, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este contrato, advindo do orçamento do exercício de 2014, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

- 12.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 12.3 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 12.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 12.5 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com a Previdência Social (CND-INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a Contratada tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
- 12.5.1 na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a Contratada não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos produtos motivado pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens 11.1, 11.3, 11.4 e subitens da cláusula XI deste Edital.
- 12.6 Deverão também os preços propostos englobar todas as despesas com os transportes, descargas, seguro, impostos e outras que correrão sempre por conta e risco do fornecedor devendo, portanto estar incluídas no preço do serviço cotado.
- 12.7 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 12.8 Para fins de pagamento a Contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

XIII - DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL



ESTADO DE SÃO PAULO

- 13.1 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 13.1.1 As petições deverão ser protocoladas junto ao Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1º andar, Itapetininga (SP), dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 03 dias úteis.
- 13.1.2 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 13.1.3 Em caso de alteração no texto do edital e de seus anexos, que afete a formulação das propostas, o prazo de divulgação será restituído na íntegra.
- 13.2 Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer ao procedimento abaixo:
 - 13.2.1 somente serão válidos os documentos originais;
- 13.2.2 quando encaminhados via FAC-SÍMILE, esses documentos serão válidos por até 48 (quarenta e oito) horas, tempo que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto à Prefeitura Municipal de Itapetininga;
- 13.2.3 os documentos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, Térreo, Itapetininga (SP);
- 13.2.4 não protocolando na forma definida, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

XIV - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, DOS PREÇOS E DOS REAJUSTAMENTOS

- 14.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.
- 14.2 Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela **CONTRATADA** e isso motivar a paralisação dos serviços, esta incorrerá na penalidade prevista no item 11.3 e subitens 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3 e 11.3.4 da Cláusula XI e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 12.4 da Cláusula XII, ambos deste Edital.
- 14.3 Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a futura CONTRATADA se obriga em fornecer, <u>a cada ocorrência de majoração ou redução</u>, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, **é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA**, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.
- 14.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 14.3.2 Os serviços deverão ser medidos pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a Contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato sobre serviços já efetuados, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir de constatação do desequilíbrio.
- 14.3.3 A paralisação dos serviços por esta razão sujeitará a contratada às sanções contratuais e previstas neste edital.
- 14.4 A obrigatoriedade da futura Contratada em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o período do Contrato, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos serviços.
- 14.5 Os preços que vigorarão no contrato corresponderão aos preços unitários propostos, com data base o mês de apresentação da proposta.
- 14.6 referidos preços, constituirão a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 14.7 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usada a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores à data de apresentação da proposta.

XV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 15.1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.2 De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.
- 15.2.1 As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.



ESTADO DE SÃO PAULO

- 15.3 Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 15.4 O Comunicado de Abertura de licitação, bem como resultado do presente certame será divulgado através de publicação no Diário Oficial do Estado e no Semanário Oficial de Itapetininga.
- 15.5 Os demais atos pertinentes, como intimações, comunicados e outros relativos à licitação presente, quando necessários serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.
- 15.6 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do Contrato ou instrumento equivalente.
- 15.7 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 15.8 Integram o presente Edital:
- Anexo I Descrição do Objeto do Certame;
- Anexo II Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;
- Anexo III Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo;
- Anexo IV Modelo de Declaração de Regularidade para com o Ministério do Trabalho;
- Anexo V Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- Anexo VI Modelo de Procuração para Credenciamento;
- Anexo VII Declaração de Inexistência de Débitos Municipais;
- Anexo VIII Declaração de Pleno Atendimento às normas e Legislação de Trânsito;
- Anexo IX Modelo de Declaração de Atendimento das Condições e Exigências do Edital;
- Anexo X Declaração de Disponibilidade
- Anexo XI Minuta do Contrato.
- 15.9 A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação que rege o presente certame.
- 15.10 Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado no Setor de Licitações, na Praça dos Três Poderes, n.º 1.000, 1º andar, Itapetininga (SP), telefone: (0xx15) 3376-9597, quando a o assunto se relacionar com os termos do presente edital ou na Secretaria Municipal de Educação pelo telefone: (0xx15) 3272-6916/ 3271-1646 Itapetininga SP, quando a dúvida se relacionar com o objeto licitado.

Itapetininga, 13 de maio de 2013.

LUIS ANTONIO DI FIORI FIORES COSTA PREFEITO MUNICIPAL

MICHELLE ALVES DE ALMEIDA ARAÚJO OAB/SP N°.: 265.433



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO I

REF.: PROCESSO N.º 35/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2013

Compreende o objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Item	Quant.		Descrição dos Serviços
01	57.6000	KM	TRANSPORTE POR KM ATRAVES DE VEICULO. PARA OS ALUNOS DO DISTRITO DO RECHÃ E DISTRITO DO TUPY, QUE ESTUDAM NAS
			ESCOLAS DO CENTRO DA CIDADE.
			O PERIODO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERA PELO PERIODO DE
			12(DOZE) MESES, PERFAZENDO UM TOTAL DE 57.600 KM, DE
			SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, SENDO AS VIAGENS NO PERIODO NOTURNO
			A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE HABILITADO E OBRIGATORIAMENTE NO MINIMO UM MONITOR DE ALUNOS QUE CONTROLARÁ A ENTRADA DOS ALUNOS, ZELANDO PELA SUA SEGURANÇA.
			CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 PESSOAS
			AS DESPESAS COM MOTORISTAS E MONITOR DE AUNOS, ENCARGOS
			SOCIAIS E PREVIDENCIARIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTIVEL, MANUTENÇÃO DO VEICULO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO
			VEICULO OFERECIDO SERAO POR CONTA DA CONTRATADA.
			A CONTRATADA DEVERA TER DURANTE TODO O PERIODO DE VIGENCIA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS
			MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ.
			VALORES MINIMOS DA APOLICE DE SEGURO:
			A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ;
			B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS A TERCEIROS;
			C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS A TERCEIROS
			O SEGURO NAO PODE SER CANCELADO DURANTE A VIGENCIA DA
			PRESTAÇÃO DO SERVIÇO VEICULO COM NO MAXIMO DE 05 (CINCO) ANOS DE FABRICAÇÃO E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O
			TRANSPORTE ESCOLAR SOLICITADO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM O CAPITULO XIII DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES DA LEI
			FEDERAL DE N° 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 E COM A
			PORTARIA DO DETRAN Nº 503, DE 16 DE MARÇO DE 2009.
			E A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISIVEL
			UMA PLACA COM OS
			DIZERES: A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA.
			RECLAMAÇÕES E
			DENUNCIAS ATRAVES DO TELEFONE 156 E 199.
02	22.800	KM	TRANSPORTE POR KM ATRAVES DE VEICULO. PARA OS ALUNOS DO BAIRRO MORRO DO ALTO QUE ESTUDAM NAS ESCOLAS DO CENTRO
			DA CIDADE.
			O PERIODO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERA PELO PERIODO DE
			12(DOZE) MESES, PERFAZENDO UM TOTAL DE 22.800KM, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, SENDO AS VIAGENS NO PERIODO NOTURNO
			A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE
			HABILITADO E OBRIGATORIAMENTE NO MINIMO UM MONITOR DE ALUNOS QUE CONTROLAR Á A ENTRADA DOS ALUNOS, ZELANDO PELA
			SUA SEGURANÇA.
			CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 PESSOAS.
			AS DESPESAS COM MOTORISTAS E MONITOR DE AUNOS, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIARIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTIVEL,
			MANUTENÇÃO DO VEICULO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO

ESTADO DE SÃO PAULO _____

			VEICULO OFERECIDO SERAO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERA TER DURANTE TODO O PERIODO DE VIGENCIA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE OU INVALIDEZ. VALORES MINIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ; B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS A TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS A TERCEIROS O SEGURO NAO PODE SER CANCELADO DURANTE A VIGENCIA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO VEICULO COM NO MAXIMO DE 05 (CINCO) ANOS DE FABRICAÇÃO E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O TRANSPORTE ESCOLAR SOLICITADO DEVERA ESTAR DE ACORDO COM O CAPITULO XIII DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES DA LEI FEDERAL DE Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 E COM A PORTARIA DO DETRAN Nº 503, DE 16 DE MARÇO DE 2009. E A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISIVEL UMA PLACA COM OS DIZERES: A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA. RECLAMAÇÕES E DENUNCIAS ATRAVES DO TELEFONE 156 E 199.
03	43.800	KM	020.0003 - TRANSPORTE POR KM ATRAVES DE VEICULO. PARA OS ALUNOS DO BAIRRO DOS TURVOS DOS CATÓLICOS, BAIRRO DO
			CANTAGALO E DISTRITO DA VARGINHA, QUE ESTUDAM NAS ESCOLAS
			DO CENTRO DA CIDADE. O PERIODO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SERA PELO PERIODO DE
			12(DOZE) MESES, PERFAZENDO UM TOTAL DE 43.800, DE SEGUNDA A
			SEXTA-FEIRA, SENDO AS VIAGENS NO PERIODO DIURNO E NOTURNO . A CONTRATADA DEVERÁ FORNECER MOTORISTA DEVIDAMENTE
			HABILITADO E OBRIGATORIAMENTE NO MINIMO UM MONITOR DE ALUNOS QUE CONTROLARÁ A ENTRADA DOS ALUNOS, ZELANDO PELA SUA SEGURANÇA.
			CAPACIDADE MÍNIMA DE 44 PESSOAS AS DESPESAS COM
			MOTORISTAS E MONITOR DE AUNOS, ENCARGOS SOCIAIS E PREVIDENCIARIOS, EVENTUAIS MULTAS, COMBUSTIVEL, MANUTENÇÃO DO VEICULO E DEMAIS OBRIGAÇÕES REFERENTE AO
			VEICULO OFERECIDO SERAO POR CONTA DA CONTRATADA. A CONTRATADA DEVERA TER DURANTE TODO O PERIODO DE
			VIGENCIA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS, APOLICE DE SEGURO A FAVOR DE TERCEIROS POR DANOS MATERIAIS E CORPORAIS, E A FAVOR DE PASSAGEIROS POR MORTE
			OU INVALIDEZ.
			VALORES MINIMOS DA APOLICE DE SEGURO: A) R\$ 20.000,00 POR PASSAGEIROS COM COBERTURA PARA MORTE, INVALIDEZ;
			B) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS MATERIAIS A TERCEIROS; C) R\$ 30.000,00 CONTRA DANOS CORPORAIS A TERCEIROS
			O SEGURO NAO PODE SER CANCELADO DURANTE A VIGENCIA DA
			PRESTAÇÃO DO SERVIÇO VEICULO COM NO MAXIMO DE 05 (CINCO) ANOS DE FABRICAÇÃO E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, O
			TRANSPORTE ESCOLAR SOLICITADO DEVERA ESTAR DE ACORDO
			COM O CAPITULO XIII DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES DA LEI FEDERAL DE Nº 9.503 DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 E COM A
			PORTARIA DO DETRAN Nº 503, DE 16 DE MARÇO DE 2009. E A EMPRESA CONTRATADA DEVERÁ MANTER EM LOCAL VISIVEL
			UMA PLACA COM OS DIZERES: A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA. RECLAMAÇÕES E DENUNCIAS ATRAVES
			DO TELEFONE 156 E 199.

• CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO ANEXO I:



_ ESTADO DE SÃO PAULO ____

- 1 A empresa vencedora arcará com todos os encargos trabalhistas, sociais, sindicais e previdenciários, manutenção, combustível e tudo mais que for relacionado ao veículo.
- 2 A empresa vencedora deverá apresentar como condição para a assinatura do contrato a documentação dos veículos em nome da empresa, devendo os veículos terem ano de fabricação conforme exigências do Anexo I.
- 3 A empresa vencedora deverá apresentar o licenciamento, recolhimento de IPVA e do seguro obrigatório, devidamente recolhidos, em nome da empresa.
- 4 A empresa vencedora deverá apresentar a apólice de seguro dos veículo que deverão conter no mínimo o que segue:
- 4.1 Deverá ter cobertura de danos em favor de terceiros e dos passageiros transportados sendo no mínimo cobertura:
- a) 20.000 por passageiros com cobertura para morte, invalidez;
- b) 30.000 contra danos materiais a terceiros;
- c) 30.000 contra danos corporais a terceiros.
- 4.1.1 O seguro não pode ser cancelado durante a vigência do Contrato.
- 4.2 Em caso de parcelamento do seguro a empresa contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal, o pagamento da parcela correspondente ao mês vencido.
- 5 A empresa vencedora deverá apresentar os seguintes documentos:
- 5.1 cópia autenticada ou original do Atestado de antecedentes criminais do motorista/condutor.
- 5.2 cópia autenticada do(s) Certificado(s) de Curso específico de condutores, do motorista, ou documento comprobatório expedido pelo setor competente de que concluiu referido curso.
- 5.3 prova de vínculo empregatício, do motorista, exibindo um dos seguintes documentos:
- a) contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, no caso de contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, conforme disposições da Súmula 25 do tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- 5.4 Cópia(s) autenticada (do Certificado de Propriedade dos veículos a serem utilizados para prestação dos serviços, devendo o veículo(s) e ter **ano de fabricação não superior a 05 (cinco) anos.**
- 5.4.1 Em caso de eventuais prorrogações, os veículos utilizados na prestação de serviços deverão obedecer aos critérios já estabelecidos devendo o veículo(s) ter **ano de fabricação não superior a 05 (cinco anos).**
- 6 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
- 7 Os serviços deverão estar em conformidade com a legislação pertinente ao objeto, em especial: Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe sobre o código que estabelece as normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos art. 5°, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.
- 8 A empresa vencedora deverá entregar junto com a nota fiscal **relatório emitido pela Secretaria de Educação**, constando número de dias, local, quantidade de km rodados e assinatura dos funcionários que utilizarem os serviços.
- 9 Os serviços deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 10 Os itinerários serão estabelecidos pela Secretaria de Educação.
- 11 O veículo deve estar registrado e licenciado junto a 10.ª CIRETRAN de Itapetininga, o nome empresa interessada constando espécie e categoria "aluguel";
- 12 A empresa vencedora deverá apresentar demonstrativo que os motoristas indicados para a prestação dos serviços não tem pontuação, multas graves ou gravíssimas registradas na CNH;
- 12.1 Os serviços deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.

GERALDO MIGUEL DE MACEDO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

HELOÍSA DE FATIMA BATISTA RODRIGUES
SOLICITANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

"DECLARAÇÃO"

À PREFEITURA MUNICIP At. – PREGOEIRO OFICI	AL DE ITAPETININGA IAL E EQUIPE DE APOIO
REF.: PROCESSO N.º 3	5/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2013
	sa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
da Lei, que cumpre plen	DECLARAR , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas amente aos requisitos de habilitação.
	Por ser verdade assina a presente
	de de 2013.
	Razão Social da Empresa
	Nome do responsável/procurador
	Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade
	n. do documento de identidade

Pregão Presencial 19/2013 - Página 16

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO _____



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

"DECLARAÇÃO"

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
REF.: PROCESSO N.º 35/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2013
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de sua atribuições legais, vem:
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob a penas da Lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que <u>não está suspensa de participar em processos de licitação ou impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Itapetininga, e que se compromete a comunicar ocorrência de fato supervenientes.</u>
Por ser verdade assina a presente.
de de de 2013

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade



ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O MINISTÉRIO DO TRABALHO

"DECLARAÇÃO"

Ā PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
REF.: PROCESSO N.º 35/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2013
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de sua atribuições legais, vem:
DECLARAR , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7° da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega meno de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)
Por ser verdade assina a presente.
de de de 2013
Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador

Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO _____



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIAR-SE DA LEI COMPLEMENTAR 123.

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO,	sob as penas da lei, sem p	rejuízo das sanções e mu	ltas previstas neste ato
convocatório, que a empres	a		(denominação da
pessoa jurídica), CNPJ n°		é Microempresa o	u Empresa de Pequeno
Porte, nos termos do enqua	adramento previsto na Lei Co	omplementar n° 123, de 14	ł de dezembro de 2006,
cujos termos declaro conhe	cer na íntegra, estando apta	, portanto, a exercer o dire	ito de preferência como
critério de desempate no	procedimento licitatório do	Pregão Presencial nº	/2013, realizado pelo
Município de Itapetininga, E	Stado de São Paulo.		
Local e Data.			
	Nome do representante		
	RG n°:		



ANEXO VI

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento particular de Procuração e pela melhor forma de direito, a
empresa, inscrita no CNPJ/MF sob n.º
neste ato, representada por seu sócio-gerente
Sr.(a) portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF n.º
nomeia e constitui seu representante o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de
Identidade RG n.º e CPF n.º, a quem confere poderes para representar a empresa outorgante no PREGÃO PRESENCIAL N.º / 2013, instaurado pela Prefeitura
Municipal de Itapetininga, em especial para firmar declarações e atas, apresentar ou desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de
recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.
Local e data.

Assinatura do responsável pela outorga

Obs.: Na apresentação desta procuração a mesma deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade / competência do outorgante para constituir mandatário.



Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

"DECLARAÇÃO"

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
REF.: PROCESSO N.º 35/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2013
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não possui débitos de tributos e multas com os cofres públicos municipais, estando em conformidade com as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal ¹ , e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.
Por ser verdade assina a presente.
de de de 2013.
Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador

¹ **Artigo 430 -** Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas com os cofres públicos municipais, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza ou transacionar, a qualquer título, com a administração do Município.

Parágrafo Único - A proibição a que se refere este artigo não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo ainda não decidido definitivamente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO ÀS NORMAS E LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

	penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato
convocatório, que a empresa	(denominação da
pessoa jurídica), CNPJ n° para prestação de serviços de habilitados, para o transporte	cumpri toda legislação de trânsito aplicável e transporte, com veículos tipo van, com motoristas e veículos devidamente de pessoas.
	Local e Data.
	Nome do representante
	RG n.º:



_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS DO EDITAL

"DECLARAÇÃO"

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA At. – PREGOEIRO OFICIAL E EQUIPE DE APOIO
REF.: PROCESSO N.º 35/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2013
(Razão Social da Empresa), estabelecida na(endereço completo), inscrita no CNPJ sob n.º, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:
<u>DECLARAR</u> , para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está de pleno acordo com as condições e exigências do Edital referente ao Pregão Presencial nº.: XX/2013 e Processo nº.: XX/2013 e aceitam a cumprirem fielmente.
Por ser verdade assina a presente.
de 2013

Razão Social da Empresa Nome do responsável/procurador Cargo do responsável/procurador N.º do documento de identidade

* :::

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA

_____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO X

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL D	E ITAPETININGA		
At. – PREGOEIRO OFICIAL			
REF.: PROCESSO N.º 35/20	13 PREGÃO PRESENCIAL	N.° 19/2013	
ato convocatório, que a en jurídica), CNPJ n° meios para a realização dos	npresa	_ tem disponibilidade (es e multas previstas neste (denominação da pessoa dos produtos e dos demais e ao Pregão Presencial nº.:
xx/2013 e Processo nº.: xx/2 licitação.			
Local e Data.			
	Nome do representant	e	
	RG n.°:		



____ ESTADO DE SÃO PAULO _____

ANEXO XI

MINUTA DE CONTRATO

REF.: PROCESSO N.º 35/2013 PREGÃO PRESENCIAL N.º 19/2013

CONTRATO N.º...../2013

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento as partes, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA , com sede a Praça dos Três Poderes n.º 1.000 em Itapetininga, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 46.634.291/0001-70, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr
, n°, nesta cidade
de Itapetininga/SP, portador do RG n.º e do CPF/MF n.º, doravante
denominada CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, estabelecida à
n° em, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob n.º
, representada neste ato pelo Sr.
, portador do RG n.º e CPF/MF n.º
doravante denominada CONTRATADA , formalizam entre si o presente ajuste, que visa a
Compreende o objeto desta licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE TRANSPORTE PARA OS
ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, descrita na cláusula primeira deste contrato, em razão do PROCESSO N.º 35/2013, Pregão n.º 19/2013, já homologado e adjudicado, e na conformidade das cláusulas e condições seguintes.
aujunicano, e na comorminade das ciausulas e condições segunites.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1 - A CONTRATADA, por força do presente ajuste, se obriga a executar, à CONTRATANTE, os serviços de TRANSPORTE PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos Serviços	VALOR UNT
01		KM		R\$
02		КМ		R\$
03		КМ		R\$

CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1 - O prazo de vigência do contrato será **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura. 2.2. O prazo indicado no item 2.1 poderá ser prorrogado de acordo com as condições estabelecidas no Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93 e posteriores alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

3.1 - Importa o presente Contrato no valor global estimado, decorrente dos preços unitários, expressos em moeda corrente, válidos para a data de encerramento da licitação.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE SUBSTITUIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1 O objeto da presente licitação será recebido:
 - 4.1.1 Provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação;
- 4.1.2 Definitivamente, após a verificação da qualidade do mesmo, em consonância com as especificações técnicas e proposta da empresa Contratada, consequente aceitação.
- 4.2 Constatadas irregularidades no objeto contratual, na forma na cláusula anterior, a Contratante poderá:
- a) se disser respeito aos serviços ou materiais, rejeição por quaisquer dos motivos elencados na cláusula anterior, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;



ESTADO DE SÃO PAULO ____

- a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Secretaria Municipal de Educação, **imediatamente** depois de constatado a irregularidade, mantido o preço inicialmente contratado;
- b) se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, **imediatamente** depois de constatado a irregularidade, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS E DOS REAJUSTAMENTOS

- 5.1 Os preços que vigorarão no contrato corresponderão aos preços unitários propostos, com data base o mês de apresentação da proposta.
- 5.2 referidos preços, constituirão a qualquer título, a única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 5.3 Em havendo interesse da Contratante em optar pela prorrogação do contrato, os preços serão reajustados pelo índice IPCA, ou outro índice que o Governo Federal ou a Administração Municipal venha a adotar para os Contratos da espécie. Se o mês da assinatura do aditamento contratual não houver sido publicado o índice referido e sua variação, será usada a variação dos imediatamente 12 (doze) meses anteriores à data de apresentação da proposta.

CLÁUSULA SEXTA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

- 6.1 A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato poderá ser solicitada pelas partes, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, ficando a cargo da interessada a apresentação de todo tipo de prova da ocorrência, sem o que o pedido não será aceito.
- 6.2 Caso o pagamento da parcela não seja efetuado no vencimento pela falta do documento que deveria ter sido fornecido pela **CONTRATADA** e isso motivar a paralisação dos serviços, esta incorrerá na penalidade prevista nos itens 10.1.1, 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 da Cláusula X e não será paga a atualização de valor a que se refere o item 7.4 da Cláusula VII, ambos deste Contrato.
- 6.3 Para que os preços estejam sempre atualizados e visando todo processamento necessário, a CONTRATADA se obriga em fornecer, <u>a cada ocorrência de majoração ou redução</u>, cópia do documento correspondente a ser utilizado no realinhamento dos preços. Portanto, **é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA**, o fornecimento dos documentos comprobatórios dessas ocorrências.
- 6.3.1 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.
- 6.3.2 Os serviços deverão ser medidos pelo preço efetivamente pactuado. No caso de a Contratada solicitar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato sobre serviços já efetuados, o mesmo não será concedido, sendo que o termo aditivo somente terá efeitos a partir de constatação do desequilíbrio.
- 6.3.3 A paralisação dos serviços por esta razão sujeitará a contratada às sanções contratuais e previstas no edital.
- 6.4 A obrigatoriedade da Contratada em fornecer documentos que permitirão variação dos preços contratados vigerá para todo o período do Contrato, mesmo para períodos que possam não haver fornecimento dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Itapetininga, **até 15 (quinze) dias úteis**, após o recebimento da Nota Fiscal, que deverá ter anexo constando o **fechamento do relatório emitido pela Secretaria Municipal de Educação**, constando número de dias, local, quantidade de km rodados e assinatura do responsável da Secretaria e os comprovantes de recolhimento de INSS, FGTS e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO.
- 7.2 Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.
- 7.3 A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", "Correios" ou "duplicata em carteira", devendo a adjudicatária indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.
- 7.4 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa exclusiva da Prefeitura, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro índice que venha substituí-lo.
- 7.5 Por se tratar de prestação de serviço parcelada e para atendimento de exigências legais, a Contratada, se obriga, a cada recebimento de valor, fornecer ao Departamento de Orçamento e Finanças da Prefeitura



ESTADO DE SÃO PAULO ___

Municipal de Itapetininga (SP), original ou cópia autenticada por cartório competente, das provas de regularidade com a Seguridade Social (CND) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e com a JUSTIÇA DO TRABALHO, atualizadas;

- 7.5.1 a ausência desses documentos, atualizados, implicará na suspensão dos pagamentos decorrentes da prestação do serviço, até que seja restaurada a situação de normalidade existente na data de encerramento do certame.
- 7.5.2 na ocorrência do bloqueio, e consequente atraso no(s) pagamento(s), não haverá quaisquer atualizações do valor devido, e no caso de bloqueio na prestação do serviço incorrerá a Contratada nas sancões cabíveis.
- 7.6 Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 7.7 Para fins de pagamento a contratada deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 - As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias vigentes no orçamento da **CONTRATANTE** para o exercício de 2013 e as correspondentes para os exercícios futuros, em caso de prorrogação do termo da ata de registro de preços, as despesas decorrentes para o próximo exercício correrão por conta da dotação orçamentária, prevista na lei de orçamento, bem como no que for necessário para suportar este Contrato, advindo do orçamento do exercício de 2014, e no que couber art.º 7º § 2º item III ou conforme previsto artigo 65 § 8º da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

Reserva nº.: 608, de 17/04/2013,

Dotação nº.: 149

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga,

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade de Despesa: 02 – Departamento de Desenvolvimento Político Pedagógico Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Programa de Trabalho: 12.361.0026.2051

Fonte: 01 - Tesouro.

Dotação nº.: 150

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga

Unidade Orçamentária: 07 – Secretaria Municipal de Educação

Unidade de Despesa: 02 – Departamento de Desenvolvimento Político Pedagógico Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Programa de Trabalho: 12.361.0026.2052

Fonte: 05 - Transferências e Convênios Federais - Vinculados.

Dotação nº.: 152

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Itapetininga

Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria Municipal de Educação

Unidade de Despesa: 02 – Departamento de Desenvolvimento Político Pedagógico Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Programa de Trabalho: 12.361.0026.2054

Fonte: 02 - Transferências e Convênios Estaduais - Vinculados.

- 8.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Itapetininga, até 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento da Nota Fiscal, que deverá ter anexo constando o fechamento do relatório emitido pela Secretaria Municipal de Educação, constando número de dias, local, quantidade de km rodados e assinatura dos funcionários responsáveis pela fiscalização dos serviços conforme Anexo I deste Edital, e os comprovantes de recolhimento de INSS, FGTS e Certidão de regularidade com a JUSTIÇA DO TRABALHO. 8.3 Em eventuais atrasos no pagamento, quando por culpa da Prefeitura Municipal, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IPCA Esp. IBGE Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro
- índice que venha substituí-lo, acrescido de juros de mora de 0,5%(meio por cento)ao mês. 8.4 A ausência dos documentos atualizados relativos à regularidade com a Previdência Social (CND-INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, ensejará a suspensão dos pagamentos a que a contratada tenha ou venha a ter direito, até que seja normalizada a situação de regularidade havida na fase de habilitação;
- 8.4.1 na ocorrência de suspensão de pagamento aqui prevista, a contratada não fará jus a nenhum tipo de atualização monetária e, na ocorrência de bloqueio no fornecimento dos serviços motivado



ESTADO DE SÃO PAULO

pela falta dos pagamentos, incorrerá nas sanções previstas nos itens 10.1, 10.3 e 10.4 da cláusula X Deste Termo de Contrato.

- 8.5 Deverão também os preços propostos englobar todas as despesas com os transportes, descargas, seguro, impostos e outras que correrão sempre por conta e risco do fornecedor devendo, portanto estar incluídas no preço do serviço cotado.
- 8.6- Não haverá reajuste em período inferior a 12 (doze) meses.
- 8.7 Para fins de pagamento a Detentora da Ata de Registro de Preços deverá observar as disposições do art. 430 do Código Tributário Municipal.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES

- 9.1 A Prefeitura do Município de Itapetininga/SP reserva-se o direito de alterar os percursos ou acrescentar outras rotas, veículos, bem como suprimi-las, parcial ou totalmente cada uma das referidas linhas, se houver interesse Público da Comunidade, da Escola e/ou da Administração Pública, ou no caso de redução do número de alunos, devido à rotatividade domiciliar dos alunos tornando-se oneroso e prejudicial aos cofres públicos, ou no fechamento ou extinção de curso, aulas ou do não funcionamento da própria escola se necessário for, com a finalidade de melhor atender os alunos usuários do Transporte, como também minimizar custo/beneficio, ficando dessa forma rescindido o contrato, sem que lhe caiba ao contratado qualquer tipo de indenização pelos motivos aqui expostos.
- 9.2 Para efeito de alterações, aumentos ou diminuições de percursos, a Secretaria Municipal de Educação, emitirá ordem de operação onde conterá:
- 9.2.1 Datas das alterações dos percursos a serem acrescidos ou diminuídos;
- 9.2.2 Alterações aumentos ou diminuições, com os respectivos locais e pontos do percurso;
- 9.2.3 Os quilômetros a serem aumentados ou diminuídos;
- 9.2.4 Justificativa da alteração.
- 9.3 Os serviços do presente edital, deverão ser executados rigorosamente de acordo com o constante no objeto deste, conforme ordens de serviços a serem emitidas pela Secretaria Municipal de Educação, salvo se ocorrerem casos fortuitos devidamente justificados e autorizados pela Secretaria Municipal de Educação, que prejudiquem o andamento dos serviços, o que eximirá a licitante vencedora das multas estabelecidas pelo atraso dos serviços, desde que solicitada previamente por escrito, antes que expirem os prazos estabelecidos.
- 9.4 Os serviços somente deverão ser iniciados após a emissão da competente Ordem de Serviço pela Secretaria Municipal de Educação.
- 9.5 Não será permitido a colocação de qualquer tipo de faixa, cartazes, adesivos ou outro meio que caracterize "propaganda", sob pena de rescisão do contrato.
- 9.6 Em relação ao transporte será obrigatório o acompanhamento de no mínimo um monitor de alunos que controlará a entrada e saída dos alunos, zelando pela sua segurança, devendo estar incluso no preço os custos com o monitor de alunos.
- 9.7 Para todo serviço prestado objeto da presente licitação deverá ser confeccionado relatório da qual conste local, quantidade de km percorrido com visto e autorização da Secretaria Municipal de Educação. **Com percurso estimado podendo a km ser maior ou menor** dependendo do itinerário estabelecido pela Secretaria.
- 9.8 A empresa deverá cumprir o roteiro determinado pelo responsável indicado para este fim **da Secretaria Municipal de Educação** para a prestação dos serviços, devendo manter o veículo em boas condições de uso e em caso de avaria impedindo o veículo de transportar deverá ser imediatamente substituído por outro com capacidade igual ou superior após a constatação da avaria do veículo.
- 9.9 A Contratada fornecerá motorista devidamente habilitado, sendo a categoria da habilitação do condutor compatível com o tipo de veículo utilizado, bem como arcará com as despesas de combustível, manutenção total do veículo, respondendo ainda por todos os encargos trabalhistas, sindicais, previdenciários e sociais respectivos, bem como o seguro que deverá contemplar indenização por danos a passageiros e a terceiros, conforme o que estabelece na Cláusula IX do Edital.
- 9.10 Manter o(s) veículo(s) em perfeito estado de conservação e funcionamento, conservando sempre nos para-brisas da frente e do fundo ou lateral do veículo os respectivos dizeres: **A serviço da Prefeitura Municipal de Itapetininga Reclamações Fone: 156**;
- 9.11 A empresa vencedora manterá o veículo sempre a disposição da Secretaria Municipal de Educação que mediante entendimento com o responsável da Secretaria deverá cumprir o roteiro determinado diariamente/ou outro período, para a prestação dos serviços.
- 9.12 Os eventuais danos causados a terceiros no cumprimento deste serviço, por ação ou omissão, por negligência, imperícia ou imprudência, serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.
- 9.13 A Contratada assume integral responsabilidade na contratação dos empregados (motorista e monitor) envolvidos na realização dos serviços propostos, sendo considerada como única EMPREGADORA, sendo de inteira responsabilidade de a Contratada fazer com que o motorista respeite a sinalização e obedeça ao limite de velocidade regulamentar.
- 9.14 Não será permitida a ocorrência de qualquer das hipóteses a seguir:



ESTADO DE SÃO PAULO

- a) Excesso de passageiros ou passageiros sem a devida autorização da Secretaria Municipal de Educação;
 - b) Desenvolver velocidade acima da regulamentar;
 - c) Por em risco a segurança própria e alheia;
 - d) Dirigir ou permitir que alguém dirija sem habilitação;
 - e) Uso de equipamentos (pneus, freios, direção, etc.) impróprios ou defeituosos;
 - f) Ingerir bebida alcoólica durante a realização dos serviços;
 - g) Deixar de cumprir a determinação da Secretaria Municipal de Educação no tocante aos serviços;
 - h) O não comparecimento injustificado ao local convencionado.
 - i) No caso de substituição do veículo, substituir por outro com menor número de assentos exigidos.
- 9.15 O não cumprimento ao acima determinado implicará a Contratada nas penalidades citadas na Cláusula X deste Contrato.
- 9.16 A Prefeitura rejeitará, no todo ou em parte os serviços que estiverem em desacordo com o Edital.
- 9.17 A Empresa vencedora se compromete a prestar os serviços com prioridade de atendimento tendo em vista o interesse público.
- 9.18 A Contratada responderá civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do Contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à ADMINISTRAÇÃO ou terceiros.
- 9.19 A Contratada deverá manter durante a vigência do presente contrato as condições de habilitação.
- 9.20 A Contratada deverá obedecer às normas e a legislação de trânsito.
- 9.21 Os serviços deverão ser conduzidos em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos.
- 9.22 Fica designado o servidor **RICARDO GABRIEL DAMASCENO** para acompanhar e fiscalizar o presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

- 10.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 10.1.1 advertência;
 - 10.1.2 multa indenizatória pecuniária de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;
- 10.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 10.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem 10.1.3 desta cláusula.
- 10.1.5 as sanções previstas acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa previa do interessado, no respectivo processo, nos seguintes prazos:
- 10.1.5.1 das sanções estabelecidas no item 10.1, subitens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação da CONTRATADA;
- 10.1.5.2 da sanção estabelecida no item 10.1, subitem 10.1.4, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo ser requerida a reabilitação 02 (dois) anos após a aplicação da pena;
- 10.2 O atraso injustificado da entrega da compra, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei n.º 8.666/93, sujeitará a contratada à multa de mora, calculada na proporção de 1,00% (um por cento) ao dia, sobre o valor da obrigação não cumprida, limitado ao percentual descrito na cláusula 10.1.2.
- 10.3 As sanções previstas nos itens 10.1 e 10.2 subitens poderão ser aplicadas cumulativamente de acordo com circunstancias do caso concreto.
- 10.4 O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que a Contratada tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro;
- 10.4.1 não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa, atualizado, deverá ser pago pelo inadimplente mediante emissão de boleto bancário pela Secretaria de Administração e Finanças, na condição "à vista". Na ocorrência do não pagamento, o valor será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISAO CONTRATUAL

11.1 - O presente Contrato poderá ser rescindido pela Prefeitura Municipal de Itapetininga/SP:



____ ESTADO DE SÃO PAULO ____

- 11.1.1 Unilateralmente, sem prévio aviso, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito à reclamação ou à indenização, nos casos de imperícia e/ou negligência e naqueles previstos nos incisos I a XII do artigo 78 da Lei n.º 8.666/93;
 - 11.1.2 Amigavelmente, conforme previsto no inciso II do artigo 79 da Lei n.º 8.666/93.
- 11.2 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da administração, em caso da rescisão administrativa prevista no art.º 77 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1 - Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de suas transcrições parciais ou totais, o Edital de Licitação respectivo e a proposta vencedora da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS

13.1 - Aplicar-se-á a Lei Federal n.º 10520/02 e a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, para o esclarecimento dos casos por ventura omissos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

- 14.1 Será competente o Foro da Comarca de Itapetininga, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas oriundas deste Contrato, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado seja.
- E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas neste Contrato, aceitam a cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinando o presente em 03 (três) vias de igual efeito e teor, na presença de duas testemunhas, abaixo indicadas:

Itapetininga,..... de de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPETININGA CONTRATANTE

GERALDO MIGUEL DE MACEDO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RICARDO GABRIEL DAMASCENO GESTOR

MICHELLE ALVES DE ALMEIDA ARAÚJO OAB/SP N°.: 265.433

CONTRATADA

Testemunhas:					
1	2				
Nome:	Nome:				
RG:	RG:				